

IDDD - Instituto De Defesa do Direito de Defesa Márcio Thomas Bastos

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Balancos Patrimoniais.....	3
Demonstrações do Resultado	4
Demonstrações do Resultado Abrangente	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Conselheiros do
Instituto de Defesa do Direito de Defesa - Marcio Thomaz Bastos (IDDD)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Defesa do Direito de Defesa - Marcio Thomaz Bastos ("IDDD" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Defesa do Direito de Defesa - Marcio Thomaz Bastos em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Instituto de Defesa do Direito de Defesa - Marcio Thomaz Bastos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 02 de agosto de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de agosto de 2020.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-RJ - 004.080/O-9



Cláudio Silva Foch
Sócio Responsável

CRC-SP: 1RJ 102.455/O-4 "S" SP – Contador

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Ativo			
	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.652.251	610.432
Contas a receber	4	1.884.855	1.194.915
Créditos diversos	5	4.381	3.045
Despesas antecipadas	6	12.629	12.976
		3.554.116	1.821.368
Não circulante			
Contratos de doações a receber	13	1.274.098	-
Outros ativos	7.1	7.500	7.500
Imobilizado	7.2	66.449	189.019
Intangível	7.3	2.547	5.176
		1.350.594	201.695
Total do Ativo		4.904.710	2.023.063
Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018
Circulante			
Fornecedores	8	41.200	11.128
Obrigações trabalhistas	9.1	193.939	100.409
Obrigações tributárias	9.2	21.183	506
Contas a pagar	11	3.050	530
Credores diversos	12	819	5.901
Receitas a diferir	13	2.081.159	-
		2.341.350	118.474
Não Circulante			
Receita diferida	13	1.421.315	-
		1.421.315	-
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social	14	1.904.589	1.230.634
Ajuste devedor exercício anterior		(892.638)	-
Superávit do exercício		130.094	673.955
		1.142.045	1.904.589
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.904.710	2.023.063

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018
Receita operacional líquida	15	3.185.137	2.944.351
Lucro bruto		3.185.137	2.944.351
Receitas (despesas) operacionais			
Despesa com Pessoal	16	(1.553.559)	(1.247.521)
Administrativas, comerciais e gerais	16	(1.307.268)	(1.004.026)
Impostos, taxas e contribuições		(54.715)	(24.948)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	1.629	(7.003)
		(2.913.913)	(2.283.498)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		271.224	660.853
Resultado financeiro	19	(141.130)	13.102
Superávit do exercício		130.094	673.955

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Superávit do Exercício	130.094	673.955
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados Abrangentes do Exercício	<u>130.094</u>	<u>673.955</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.213.878	-	16.756	1.230.634
Transferência para patrimônio social	16.756	-	(16.756)	-
Superávit do exercício	-	-	673.955	673.955
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.230.634	-	673.955	1.904.589
Transferência para patrimônio social	673.955	-	(673.955)	-
Ajuste devedor do exercício anterior	-	-	(892.638)	(892.638)
Superávit do Exercício	-	-	130.094	130.094
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.904.589	-	(762.544)	1.142.045

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	130.094	673.955
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	25.535	37.045
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	10.144
	<u>155.629</u>	<u>721.144</u>
(Aumento)/diminuição em ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(5.078.741)	(1.181.283)
Despesas antecipadas	346	(5.950)
Créditos diversos	(1.335)	1.711
(Diminuição)/acréscimo em passivos operacionais		
Fornecedores	27.510	1.901
Obrigações trabalhistas e tributárias	114.207	(5.873)
Contas a pagar	-	(374)
Receitas a diferir não circulante	5.840.250	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>1.057.866</u>	<u>(468.724)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado/intangível	(16.047)	(91.671)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(16.047)</u>	<u>(91.671)</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	-	-
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.041.819</u>	<u>(560.395)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	610.432	1.170.827
No final do exercício	1.652.251	610.432
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.041.819</u>	<u>(560.395)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

1 - Contexto operacional

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA - MÁRCIO THOMAZ BASTOS, é uma Sociedade Civil, com personalidade jurídica de direito privado, de prazo indeterminado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de interesse público, nos termos e para os efeitos da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1.999, regido pelo ESTATUTO e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, com seus atos constitutivos arquivados perante o 4.º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica São Paulo (SP), sob o nº 408.974 em 09 de agosto de 2000, com sede e foro na Capital do Estado de SAO PAULO, na Avenida Liberdade, nº 65 - 11 andar - conjunto 1101 - CEP: 01503-000 - Bairro Liberdade, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.983.611/0001-95.

A missão do IDDD é fomentar na sociedade e em instituições do Estado a ideia de que todos têm direito a uma defesa de qualidade, à observância do princípio da presunção da inocência, ao pleno acesso à Justiça, a um processo justo e a cumprir a pena de forma digna. Tudo isso independentemente da classe social, de ser culpado ou inocente, ou do crime pelo qual está sendo acusado. O que buscamos é criar um espírito de maior tolerância na sociedade.

O INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA, trabalhando pelo fortalecimento do direito de defesa, tem como objetivos básicos, sem visar lucros, a finalidade social de promover a defesa do direito de defesa, em sua dimensão mais ampla, assegurado constitucionalmente a todo e qualquer cidadão acusado da prática de um crime, nos termos definidos no Artigo 3º do ESTATUTO. Para a consecução de seu objetivo, o Instituto poderá, de forma direta ou indireta, por si ou por terceiros:

- Difundir e fortalecer, por todos os meios ao seu alcance, a noção de que a defesa constitui um direito do cidadão, contribuindo para a conscientização da população quanto ao significado prático das garantias penais e processuais esculpidas no art. 5º da Constituição Federal, tais como a presunção de inocência, o contraditório e o devido processo legal;
- Promover estudos de casos polêmicos, já encerrados ou em andamento, e disseminar para a sociedade resultados encontrados, sempre com o escopo de analisar o tratamento dispensado ao direito de defesa não só pelo Poder Judiciário, como também pela classe dos advogados, pelo Ministério Público, pela imprensa, e pela opinião pública de modo geral;
- Prestar assistência jurídica gratuita, através de seus associados inscritos na OAB, para acusados desprovidos de recursos financeiros, ou que, por motivos outros, não estejam conseguindo obter uma defesa de qualidade;
- Combater a ideia de que no país reina a impunidade;
- Empreender quaisquer outras atividades que julgue relevantes desde que compatíveis com o objetivo da sociedade;
- Promover quaisquer atos lícitos e compatíveis com o objeto do Instituto e com os termos do Estatuto.

O INSTITUTO observa, em suas atividades, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência, de forma a alcançar seus objetivos com transparência e eficácia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

O INSTITUTO utiliza quaisquer meios e/ou toma quaisquer medidas consideradas eficazes e apropriadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria, a fim de alcançar seu objetivo social.

O patrimônio social e a manutenção do Instituto são, respectivamente, constituídos e suportados por receitas oriundas de:

- Contribuição anual dos associados;
- Doações, legados, contribuições, direitos ou créditos originários de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira;
- Acordos, convênios, prestação de serviços, publicações e impressões, bem como rendas provenientes de seus bens;
- Termos de Parcerias celebradas com o Poder Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;
- Atividades patrocinadas pelo Instituto

Os ativos e as receitas do Instituto não são, sob qualquer hipótese, aplicados diferentemente da estabelecida no Estatuto. O resultado econômico auferido nos serviços que presta, é integralmente aplicado para melhoria e no desenvolvimento de suas atividades.

Todas as despesas do Instituto estão estritamente relacionadas com seu objeto social e estão de acordo com o plano operacional anual preparado pelo Conselho Deliberativo e aprovado pela Assembleia Geral.

Relatamos abaixo os projetos executados no ano de 2019:

a. ECID (Educação para Cidadania no Cárcere)

Inspirado na metodologia do educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire, o projeto ECid (Educação para a Cidadania no Cárcere) promove formação sobre garantias fundamentais e funcionamento do Estado nos presídios de São Paulo.

Com a participação voluntária dos associados e associadas, que ministram as matérias sob a orientação de um/a pedagogo/a, o ECid proporciona um espaço de encontro, acolhimento e construção coletiva de conhecimento a partir das experiências vividas pelas pessoas privadas de liberdade.

Em 2019 o projeto foi realizado na Penitenciária Feminina de Santana e no Centro de Detenção Provisória Pinheiros II, contando com a participação de 70 associados/as, 37 pessoas privadas de liberdade certificadas e 50 pessoas participantes do projeto, totalizando 74 horas/aula.

b. Mutirão carcerário Mães Livres

Além de colocar em prática a vocação histórica do IDDD de prestar assessoria jurídica gratuita e de qualidade, o projeto Mães Livres faz a escolha política e estratégica de lutar pela liberdade de uma parcela da população que é duplamente vitimada pelo sistema penal e cujo encarceramento tem impacto profundo em toda a sociedade. A iniciativa se baseou no Marco Legal de Atenção à Primeira Infância, que estabelece o direito das mulheres gestantes ou com filhos menores de 12 anos de responderem ao processo em liberdade ou prisão domiciliar.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Os principais desdobramentos do projeto em 2019 envolveram estratégias de comunicação focadas em sensibilizar, sobretudo, atores do Judiciário. Durante os atendimentos, pesquisadoras do IDDD perguntaram para as mulheres presas: “se você pudesse, o que você diria para o/a juiz/a responsável por sua prisão?”. Foram selecionadas três respostas que destacaram o desejo das entrevistadas de estarem juntas de seus filhos. As mensagens estamparam cartões postais enviados a juízes/as das Varas Criminais em São Paulo e também de tribunais superiores. Além desta ação, o IDDD, em parceria com a produtora Foward, lançou o documentário “Mães Livres” que acompanha histórias de famílias atravessadas pela experiência do cárcere materno.

c. Audiências de Custódia

A partir de um convênio com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o IDDD monitora audiências de custódia no país desde o dia em que começaram a ser realizadas, em fevereiro de 2015, na cidade de São Paulo. Esse acompanhamento gera informações qualitativas e quantitativas sobre a efetividade do procedimento para a redução do encarceramento e para o combate à tortura e, também, sobre a qualidade da defesa. Também ajuda a preencher o vazio de dados oficiais e a subsidiar ações de incidência política e jurídica do Instituto.

Em 2019, o IDDD publicou seu terceiro relatório sobre o tema, resultado do acompanhamento em 13 cidades de nove estados (Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo), no ano de 2018. Intitulado “O fim da liberdade: a urgência de resgatar o sentido e a efetividade das audiências de custódia”, o estudo revelou a extinção da concessão da liberdade irrestrita - ou seja, sem imposição de medidas cautelares - nesta que é a porta de entrada do sistema de Justiça criminal.

O ano foi dedicado para o enfrentamento dos principais desafios práticos na realização das audiências de custódia. Assim, promovemos encontros reunindo defensores/as públicos/as, juízes/as e promotores/as diretamente envolvidos em sua implementação no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.

d. Prova Sob Suspeita

Hoje, a maior parte dos processos penais se apoia em provas escassas e de má qualidade, frequentemente produzidas de maneira ilegal e abusiva pela polícia. O projeto Prova sob Suspeita nasceu para enfrentar essa realidade a partir do litígio, do *advocacy*, da pesquisa e da comunicação estratégica. Seu objetivo é transformar o modo como as decisões condenatórias são construídas, aumentando a exigência da Justiça sobre o processo de produção de provas e reduzindo o encarceramento em massa.

Em 2019, o projeto realizou as seguintes ações lançamento da página na internet,

participação em projeto multidisciplinar sobre abordagem policial na Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, dois bate-papos: um para associados/as sobre prova testemunhal, e outro, no Instituto de Direito Público em Brasília, sobre a questão das falsas memórias, realização da Conferência "A valoração racional da prova testemunhal", na UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a participação do ministro do STJ Sebastião Reis Júnior e o magistrado emérito do Tribunal Supremo da Espanha Perfecto Andrés Ibáñez.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

e. Direito de Defesa no Tribunal do Júri

Ao oferecer assistência jurídica gratuita de qualidade a pessoas acusadas de crimes dolosos contra a vida, o IDDD enfrenta uma das grandes deficiências da justiça criminal: a falta de paridade de armas entre defesa e acusação.

Depois de uma reformulação importante, os associados e associadas que participam do projeto passaram a atuar nos casos desde o início do processo. Essa mudança assegura a condução estratégica da defesa e amplia o contato entre os/as advogados/as e os/as assistidos/as, aumentando as possibilidades de uma defesa mais efetiva.

Além de ajudar a transformar as vidas das pessoas atendidas e seus familiares, a iniciativa também tem impacto na formação de advogados/as mais jovens, que têm a oportunidade de trabalhar e aprender com colegas mais experientes.

A partir de um convênio não remunerado com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, os/as associados/as do IDDD recebem casos de acusações de homicídios dolosos para atuar, tivemos 130 associados envolvidos, 9 grupos de trabalhos (média de 14 participantes por grupo), 76 novos casos e 164 casos ativo no total.

f. Litigância estratégica

As arenas dos tribunais são um importante espaço para fortalecer garantias individuais. É por isso que o IDDD atua juridicamente para garantir decisões e entendimentos mais favoráveis ao direito de defesa. Em 2019, o grupo de litígio do IDDD atuou no parecer técnico sobre Recurso Extraordinário com Agravo no STF, em caso que envolve violação de sigilo de comunicação (ARE nº 104.2075), parecer técnico sobre Habeas Corpus no STF, em caso de confissão mediante tortura (HC n. 173456), participação como *amicus curiae* em julgamento no STF sobre prisão após 2ª instância e representação para PGR contra o desmanche do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

g. IDDD no Congresso

Por meio de sua atuação, o IDDD conquistou uma voz potente e decisiva no Legislativo, Na Câmara e no Senado, acompanhamos a tramitação de projetos que se relacionam com o direito de defesa e com o encarceramento em massa e incidimos nos relatórios e votações para garantir a prevalência dos direitos humanos.

Em 2019, acompanhamos a tramitação da proposta enviada pelo Ministério da Justiça, o pacote anticrime, realizando incidência junto a parlamentares, promovemos a participação da advogada Rebecca Shaeffer da Ong Fair Trials e do Prof. Lucian Dervan, na Belmont University of Law, em audiência pública sobre o pacote o Senado Federal e visita técnica no grupo de trabalho na Câmara dos Deputados, realizamos 11 notas técnicas sobre as propostas mais nocivas, com o auxílio do grupo de Advocacy, composto por advogados/as associados/as, a participação na campanha nacional “Pacote Anticrime: uma Solução Fake”, mobilizada por outras 70 organizações da sociedade civil e movimentos sociais e presença do IDDD em audiência pública sobre projeto visa acabar com as audiências de custódia (PDC n. 317/2016); A incidência do instituto nessa discussão foi fundamental para evitar a aprovação da proposta.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

h. Rede Justiça Criminal

O IDDD faz parte da Rede Justiça Criminal desde a sua fundação em 2010. O Instituto também desempenha, desde 2015, a gestão financeira e administrativa do coletivo.

Fazem parte da RJC, além do IDDD, o CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania), a Conectas, o DDH (Instituto de Defensores de Direitos Humanos), o Instituto Sou da Paz, o ITTC (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania), a Justiça Global e o Gajop (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares).

Unindo esforços e experiências, as entidades atuam para promover mudanças no campo da justiça criminal, sobretudo a partir da incidência no Legislativo e da Comunicação.

Foram monitorados pela equipe de Advocacy da RJC 15 projetos de lei.

Esta iniciativa foi financiada pela Open Society Foundations, Fundo Brasil e Oak Foundation.

Formação sobre racismo para organizações do coletivo;

Apresentação da campanha “Realidade visceral”, durante a 6ª Cúpula Global da Parceira de Governo Aberto, no Canadá;

Participação na campanha Pacote Anticrime: uma solução Fake;

Monitoramento de ações do Congresso Nacional em relação ao direito de protesto no Brasil, em parceria com a Artigo 19, que resultou no site <https://projetosdelei.protestos.org/>

Realização da I Conferência Nacional de Advocacy em parceria com a ACT Promoção da Saúde, Pacto pela Democracia, Advocacy Hub, RAC (com representação da Pulso Público)

i. LAUT (Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo)

Criado em julho de 2019, o LAUT é uma instituição independente, dedicada à produção de conhecimento e ao monitoramento das diversas manifestações do autoritarismo e repressão às liberdades no Brasil. O centro pretende produzir informações que deem subsídios à mobilização da sociedade civil, fortalecendo a democracia e o estado de direito.

Em 2019, o LAUT trabalhou na construção de sua estratégia de comunicação, na organização e no detalhamento dos planos de pesquisa, na captação de recursos, em parcerias e, por fim, deu início aos seus primeiros projetos. Desde o início, o IDDD contribuiu com a estruturação e a gestão administrativa compartilhada desta iniciativa.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

Na elaboração das demonstrações contábeis do ano 2019, sendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros - ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da resolução CFC nº 1409/12 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nºs 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - sem finalidade de lucros.

Por decisão do Conselho, o Instituto não realiza escrituração contábil por Projetos, a escrituração é unificada como Institucional.

Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução CFC 1.330/11 (ITG 2000), nesse aspecto, o Instituto mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no "Livro Diário" nº 21 (vinte e um) e transmitidas ao SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, através da ECD - Escrituração Contábil Digital.

A documentação contábil do Instituto é composta por todos os documentos, papéis, registros e outros, que apoiam ou compõem a escrituração contábil, sendo esta hábil e revestida de todas as formalidades capazes de assegurar sua exatidão e mantida em boa ordem.

A moeda funcional é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações contábeis.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

A Entidade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

São as seguintes principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações contábeis:

2.2.1. Apuração do resultado

Para registro dos fatos contábeis de receitas patrimoniais, custos e demais receitas e despesas é adotado o princípio da competência, bem como para elaboração das demonstrações contábeis. O déficit do exercício de 2019 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Patrimônio Social.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa, saldos positivos em contas bancárias, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras em Fundos de Investimentos estão demonstradas pelos valores originais, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

2.2.3. Contas a receber

As contas a receber são valores compostos pelas mensalidades de associados e pelas arrecadações com evento “jantar” ocorrido em 11 de dezembro de 2019. Não é constituída provisão para perdas, pelo fato do Instituto não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

2.2.4. Créditos Diversos

Os créditos diversos se referem aos valores pagos a títulos de adiantamentos de férias e adiantamentos a fornecedores.

2.2.5. Outras Contas do Ativo Circulante

Este grupo é composto por despesas a apropriar, são despesas pagas antecipadamente e que se referem ao exercício seguinte: Vale Transporte, Vale Refeição e Condomínio. As apropriações às contas de resultado terão lugar no primeiro mês do exercício subsequente.

2.2.6. Ativo Não-Circulante

Ativo Realizável a Longo Prazo - Nesse grupo, o saldo é composto pelo depósito de garantia de locação do conjunto nº 904, Avenida Liberdade, nº 65, e das parcelas a receber dos contratos de doações firmados com financiadores de projetos.

Imobilizado - Os ativos imobilizados tangíveis são registrados e demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear com base na vida útil-econômica dos bens, levando em consideração a manutenção, operação e estado de conservação e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC TG 27). As taxas utilizadas são mencionadas na Nota Explicativa nº 7.2.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

No ano 2019 foi depreciado o valor R\$ 138.451,47 sendo que R\$ 113.225,70 foi registrado no Grupo Patrimônio Social na conta 2.6.1.10.0002 (Ajuste Devedor de Exercício Anterior), e R\$ 25.225,77 foi registrado no Grupo Custos e Despesas na conta 3.1.3.13.0011. O mesmo fato ocorreu com a amortização, no ano de 2019 foi amortizado o valor R\$ 2.794,65 sendo que R\$ 2.485,65 foi registrado no Grupo Patrimônio Social na conta 2.6.1.10.0002 (Ajuste Devedor de Exercício Anterior), e R\$ 309,00 foi registrado no Grupo Custos e Despesas na conta 3.1.3.13.0012.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Um item de imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. O valor residual (calculado como sendo a diferença do valor de custo de aquisição e o valor depreciação) é incluído na demonstração do resultado (despesa com prejuízos ou doações), no exercício em que o ativo for baixado.

Os ativos intangíveis são registrados e demonstrados pelo custo de aquisição, e são considerados bens de vida útil “definida”. A aplicabilidade da amortização é calculada em conformidade com os itens 97 a 106 da CPC 04.

2.2.7. Instrumentos Financeiros

Inclui caixa, aplicações financeiras, valores a receber, assim determinadas contas a pagar, cujos valores contábeis não diferem substancialmente dos valores de mercado. O Instituto não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados substancialmente a saldo de caixas e contas bancárias com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

As aplicações financeiras são de rápida liquidez como poupança, fundos de renda fixa e Certificado de Depósito Bancário (CDB), com rentabilidade de mercado estando sujeita a insignificante risco de mudança de valor.

Conta contábil	2019	2018
Caixa	2.047	429
Bancos	481.541	23.208
Aplicações	1.168.663	586.795
TOTAL	1.652.251	610.432

4 - Contas a receber

O *aging list* das contas a receber está assim representado:

Os créditos vencerão em até 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Conta contábil	2019	2018
Mensalidades Administradas por Terceiros	105.649	65.897
Mensalidades e Vendas no Jantar	1.390	19.170
Recursos a Receber (Doações)	1.777.816	1.109.848
TOTAL	1.884.855	1.194.915

5 - Créditos diversos

Os créditos diversos se referem aos valores pagos a títulos de adiantamentos de férias e adiantamentos a fornecedores.

Conta contábil	2019	2018
Adiantamentos Funcionários	3.906	500
Outros créditos	475	2.545
TOTAL	4.381	3.045

6 - Despesas antecipadas

Conta contábil	2019	2018
Vale Refeição	9.450	5.820
Condomínio	1.680	1.587
Vale Transporte	1.499	803
Assistência Médica	-	4.766
TOTAL	12.629	12.976

7 - Ativo não-circulante

7.1. Outros ativos

Conta contábil	2019	2018
Depósito Garantia Locação	7.500	7.500
TOTAL	7.500	7.500

7.2. Imobilizado

Conta Contábil	Taxas médias de depreciação	Saldo em 31.12.2019	Adições	Saldo em 31.12.2018
Imóveis	4%	80.105	-	80.105
Móveis e Utensílios	10%	58.884	-	58.885
Instalações	10%	11.956	-	11.956
Equipamentos p/ Informática	20%	66.044	14.632	51.412
Benfeitorias Imóveis Terceiros	25%	19.869	-	19.869
Máquinas e Equipamentos	10%	19.253	1.249	18.005
Total - Custo de aquisição		256.111	15.881	240.230

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Conta Contábil	Taxas médias de depreciação	Saldo em 31.12.2019	Adições	Saldo em 31.12.2018
Depreciação				
Imóveis		(80.105)	(80.105)	-
Móveis e Utensílios		(32.740)	(12.389)	(20.351)
Instalações		(11.956)	-	(11.956)
Equipamentos p/Informática		(40.037)	(27.331)	(12.706)
Benfeitorias em Imóveis Terceiros		(9.455)	(9.455)	-
Máquinas e Equipamentos		(15.369)	(9.171)	(6.198)
Total - Depreciação		(189.662)	(138.451)	(51.211)
Total - Imobilizado líquido		66.449	(122.570)	189.019

7.3. Intangível

Conta Contábil	Taxas médias de amortização	Saldo em 31.12.2019	Adições	Saldo em 31.12.2018
Marcas e Patentes	-	1.841	166	1.675
Softwares	20%	3.871	-	3.871
Total - Custo de aquisição		5.712	166	5.546

Conta Contábil	Taxas médias de amortização	Saldo em 31.12.2019	Adições	Saldo em 31.12.2018
Amortização				
Softwares		(3.165)	(2.795)	(370)
Total - Amortização		(3.165)	(2.795)	(370)
Total - Intangível líquido		2.547	(2.629)	5.176

8 - Fornecedores

Representado por valores a pagar relacionados exclusivamente por prestadores de serviços aplicados na operação do Instituto.

Conta contábil	2019	2018
Prestadores de Serviços	41.200	11.128
TOTAL	41.200	11.128

9 - Obrigações trabalhistas e tributárias

9.1. Obrigações Trabalhistas

Conta Contábil	2019	2018
Provisão de Férias	164.878	100.099
INSS - Previdência Social	28.233	310
PIS s/Folha de Salários	828	-
TOTAL	193.939	100.409

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

9.2. Obrigações Tributárias

Conta Contábil	2019	2018
IRRF Trabalho Assalariado	18.457	-
Retenções Unificadas (CSLL/PIS/COFINS)	1.388	-
I.S.S. Retido na Fonte	612	57
IRRF s/Serviços Tomados	455	-
COFINS	187	113
IRRF s/Aluguel	84	-
Contribuição Sindical Empregados	-	127
IRRF s/Comissões e Corretagens	-	209
TOTAL	21.183	506

10 - Isenção tributária

10.1. Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser Entidade sem fins Lucrativos, goza do benefício da isenção do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto (contribuições associativas), porém, em atendimento a legislação vigente para Entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela legislação trabalhista, o Instituto contribui para o PIS com uma quota fixa de 1% (um por cento) incidente sobre a folha de pagamento mensal, o qual é registrado como despesa de encargos sociais.

10.2. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser Entidade sem fins Lucrativos, goza do benefício da isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto (contribuições associativas), porém, em atendimento ao Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, contribui para a COFINS com uma quota fixa de 4% (quatro por cento) sobre as receitas decorrentes de aplicações financeiras, o qual é registrado como despesa na rubrica “Despesas com Impostos, Taxas e Contribuições”.

10.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

Em virtude de ser Entidade sem fins Lucrativos, goza do benefício da isenção do pagamento do ISS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto (contribuições associativas).

10.4. Imposto Sobre Transmissão “Causa Mortis” e doações - ITCMD

Em virtude de ser Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício da isenção do ITCMD (São Paulo), prevista no Artigo 6º, inciso II, a e § 1 do Decreto 46.655/2002. Para usufruir desse benefício, o Instituto deverá obter a **Declaração de Reconhecimento de Imunidade**, em razão de não ter sido finalizada a análise para esta imunidade e visto que a declaração vigente encontrava-se vencida, o Instituto optou por recolher o tributo à alíquota de 4% (quatro por cento) incidentes sobre as doações recebidas de donatários domiciliados no Brasil, este recolhimento será feito até o término desta análise e emissão da nova declaração, sempre observando o limite de isenção cujo valor não exceda 2.500 (duas mil e quinhentas) UFESPs -

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, dentro do ano civil. O valor dessa unidade fiscal em 2019 é de R\$ 26,53. O limite se refere ao total de doações recebidas durante o ano de um mesmo donatário.

10.5. Provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de ser Entidade sem fins Lucrativos, goza do benefício da isenção do pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) incidentes sobre o resultado, de acordo com a Constituição federal, artigo 150, VI, “c” e Código Tributário Nacional, artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 155 da Constituição Federal.

11 - Contas a pagar

Conta Contábil	2019	2018
Energia	65	-
Telefone	536	530
Cartão de Crédito	2.449	-
TOTAL	3.050	530

12 - Credores diversos

Conta Contábil	2019	2018
Despesas a Reembolsar	819	5.401
Créditos Não Identificados	-	500
TOTAL	819	5.901

13 - Passivo não circulante

Esse grupo compreende o saldo remanescente das parcelas a apropriar dos contratos de doações. Os valores dos contratos são apropriados em conformidade com a vigência prevista em cada contrato.

Os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019, a apropriação de receita registrada no período e o saldo a receber estão detalhados a seguir:

IDDD - Instituto de Defesa Do Direito de Defesa Márcio Thomaz Bastos

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Patrocinador	Vigência do contrato	Objeto do contrato	Valor total do contrato	Receitas no exercício	Valor recebido no exercício	Receita diferida 31.12.2019	Contas a receber 31.12.2019
The Sigrid Rausing Trust	23/11/2016 01/09/2019	Fortalecer as ações do Instituto conforme missão da entidade	946.193	289.114	346.200	-	-
Open Society Foundation	24/02/2017 24/01/2019	Fortalecer as ações do Instituto conforme missão	1.095.504	47.631	309.930	-	-
Open Society Foundation	01/10/2017 30/09/2019	Fortalecer as ações do Instituto conforme missão da entidade	745.853	279.695	209.841	-	-
Fundo Brasil de Direitos Humanos	28/02/2018 15/08/2019	Colaborar com o projeto Encarceramento em Massa não é Justiça	300.000	133.333	150.000	-	-
Auxilium Foundation	01/01/2019 31/12/2019	Fortalecer as ações do Instituto conforme missão da entidade	840.427	840.427	763.648	-	-
Instituto Betty E.A Jacob Lafer	23/04/2019 22/04/2021	Contribuir para o projeto Prova Sob Suspeita	290.050	193.367	36.000	96.683	254.050
Open Society Policy Center	01/04/2019 01/04/2020	Colaborar para o projeto Rede Justiça Criminal	997.250	332.417	464.250	664.833	503.838
Open Society Foundation	01/02/2019 31/01/2021	Fortalecer as ações do Instituto conforme missão da entidade	766.715	351.411	384.714	415.304	382.001
Open Society Foundations	15/07/2019 15/01/2021	Fortalecer o centro de análises da liberdade e autoritarismo LAUT	303.200	84.221	228.000	218.979	80.614
Fundo Brasil de Direitos Humanos	15/09/2019 14/09/2021	Colaborar para o projeto do micro ao macro Litigância Estratégia pela Liberdade e Direito a Defesa	646.166	94.233	323.083	551.933	323.083
Instituto Ibirapitanga	10/12/2019 10/07/2020	Colaborar para o projeto Autoritarismo e Discriminação no Brasil	106.000	7.571	53.000	98.429	53.000
The Sigrid Rausing Trust	13/02/2019 31/12/2023	Fortalecer as ações do Instituto conforme missão da entidade	1.475.226	18.913	-	1.456.313	1.438.290
Fundo Brasil de Direitos Humanos	14/08/2019 05/11/2019	Apoio para a realização da primeira Conferência Nacional de Advocacy Rede Justiça Criminal	10.000	10.000	10.000	-	-
			8.512.584	2.682.333	3.278.666	3.502.474	3.051.914
Circulante						2.081.159	1.777.816
Não Circulante						1.421.315	1.274.098

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

14 - Patrimônio líquido

O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende o somatório dos valores de superávit e déficit acumulados até 31 de dezembro de 2019. Os recursos do Instituto foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

15 - Receitas

A principal receita do Instituto são doações para financiamentos de projetos e mensalidades de associados. Outras receitas compreendem arrecadações com eventos e rendimentos de aplicações financeiras.

Conta Contábil	2.019	2.018
Receitas Associativas		
Mensalidades	238.571	176.359
Receitas Não Associativas		
Doações - Projetos Financiados*	2.682.333	2.630.038
Arrecadações com Evento - Jantar	122.850	137.955
Doações Simples	141.383	247.036
TOTAL	3.185.137	2.944.351

*Vide abertura do saldo nota 13 - Passivo Não Circulante (Receita a Diferir)

16 - Despesas gerais operacionais e administrativas

Conta Contábil	2.019	2.018
Despesas com Pessoal	1.221.107	973.660
Despesas com Encargos Sociais	332.452	273.861
Despesas com Serviços de Terceiros	731.857	513.434
Despesas com Locações	49.106	44.576
Despesas c/Depreciação e Amortização	25.535	37.046
Outras Despesas Gerais e Operacionais	500.770	408.970
TOTAL	2.860.827	2.251.547

17 - Outras receitas e despesas operacionais

Conta Contábil	2.019	2.018
Recuperação de Despesas	2.260	5.687
Prejuízos c/Roubos, Furtos e Extravios	(630)	(2.545)
Descarte de Bens do Imobilizado	-	(10.145)
TOTAL	1.629	(7.003)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

18 - Resultado financeiro

Conta Contábil	2.019	2.018
Receitas de Aplicações Financeiras	73.073	52.502
Descontos Obtidos	59	15
Despesas c/Juros	(601)	(198)
Despesas c/Multas	(2.675)	(503)
Despesas c/Tarifas Bancárias	(11.747)	(33.822)
Despesas IOF/IOC	(12.406)	(4.892)
Variação Cambial a Débito	(186.833)	-
TOTAL	(141.130)	13.102

19 - Risco de crédito

O Instituto não possui concentração de risco de crédito de associados.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, o Instituto somente realiza operações em instituições de primeira linha.

20 - Gestão de risco de capital

Os objetivos do Instituto, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer a prestação de serviço social e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

21 - Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa. Dessa forma, o Instituto possui aplicações com vencimento a curto prazo e com liquidez imediata.

22 - Eventos subsequentes

Em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus COVID-19 ocorrida no final do ano de 2019 e início de 2020, o Instituto, em consonância com o compromisso com a liberdade, iniciou um mutirão carcerário, a partir de um convênio não remunerado firmado com a Defensoria Pública de São Paulo, com a finalidade de garantir a liberdade de pessoas presas provisoriamente que pertencem ao grupo de risco do COVID-19, adaptou alguns projetos para que fossem realizados à distância e a sua equipe realizasse o isolamento social, sendo viável o teletrabalho. Além de adotar o homeoffice para todos os colaboradores, adotou a redução da jornada de trabalho, garantida na MP 936/2020 tendo em vista a economicidade que o momento sem precedentes exigiu, a fim de resguardar as finanças do Instituto, embora não tenha apresentado quedas nas doações tanto de associados, mantenedores, como doadores internacionais e nacionais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

* * *

HUGO LEONARDO
Diretor Presidente
CPF: 283.132.528-55
RG: 32.407.289-2 SSP/SP

ENA LÁZARA XAVIER DE CASTRO
TC.CRC.1SP.168039/O-0
CPF: 460.955.006-72
RG: 20.597.414-4 SSP/SP